MP 1.171/23 e a tributação de investimentos no exterior

Foi editada dia 30/04 a Medida Provisória com o sugestivo número 1.171 para aumentar a faixa de isenção do IR das pessoas físicas para 2 salários-mínimos e modificar a tributação dos investimentos de brasileiros no exterior. Primeiro trataremos de seus aspectos práticos.

São basicamente 3 situações: o investimento de pessoas físicas no exterior, o investimento em empresas situadas em paraísos fiscais (*offshores*) e os *trusts*. Vamos resumir ao máximo os principais pontos:

- para pessoas físicas, os lucros de investimentos passam a ser tributados anualmente, junto com a declaração de anual IR, com alíquotas de 0% (rendimentos de até R\$ 6.000), 15% (rendimentos até R\$ 50.000) e 22,5%. Vale lembrar que agora depósitos não remunerados passam a ser tributados pela variação cambial.

- para investimentos em *offshores*, a tributação passa a ser anual, com as mesmas alíquotas acima e também via declaração anual de IR. O imposto é devido mesmo que os lucros não sejam distribuídos. Esse ano, é permitida a atualização dos valores dos bens das *offshores*, mediante alíquota de 10% sobre a diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado ao fim de 2022.

- para os *trusts*, os bens de deverão ser declarados pelo instituidor, e suas distribuições serão tratadas com doações (caso o instituidor esteja vivo) ou herança (caso tenha falecido). As mesmas alíquotas acima seguem aplicáveis, anualmente.

Em essência é isso. Agora algumas considerações adicionais:

- a) A primeira é que não recomendamos aos investidores tomarem nenhuma atitude ainda. Trata-se de Medida Provisória, que deverá ser apreciada pelo Congresso em até 120 dias, e só então, se convertida em lei (pode ter seu conteúdo modificado), surtirá efeitos a partir de 01.01.2024. A exceção fica por conta daqueles que acharem

interessante a alíquota de 10% para atualizarem o valor dos bens das *offshores* (cujo prazo para adesão ainda será regulamentado pela Receita).

b) Apenas *offshores* em que o residente no Brasil detenha 50% ou mais de participação estão incluídas nessa regra. Os demais sócios (com pelo menos 10%) não podem ser parentes até terceiro grau ou sócios em outras empresas. Empresas que apurem mais de 80% da sua receita por meio de “renda ativa” (investimentos são tidos como “renda passiva”) também não se incluem na regra da MP.

c) Impostos de renda pagos no exterior pela *offshore* podem ser deduzidos do imposto a pagar no Brasil.

d) Talvez o ponto mais nefasto da norma é a tributação com base no valor **em reais**, não na moeda estrangeira do investimento. Com isso o investidor fica desprotegido em caso de grande desvalorização da moeda brasileira, pois irá ter que pagar imposto mesmo que suas aplicações apurem perda.

e) Se antes era muito recomendável providenciar balanço contábil anual das *offshores*, agora é necessário.

f) Poderá ser deduzida do lucro da *offshore* a parcela correspondente aos lucros e dividendos de suas investidas que sejam pessoas jurídicas brasileiras.

g) Os rendimentos de 2023 das *offshores* seguirão a regra até então vigente, que é o pagamento do imposto somente por ocasião da distribuição dos lucros.

A Rosenthal seguirá acompanhando o tema e irá manter seus clientes e contatos, como sempre, muito bem informados.